

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Banco ABC Brasil S.A.

31 de março de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Desempenho no trimestre findo em 31 de março de 2025

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do trimestre encerrado em 31 de março de 2025 do Banco ABC Brasil S.A.

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio e grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do Banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda expertise na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC Brasil S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de março de 2025: Bank ABC (através da participação direta da Marsau Uruguay Holdings) 62,6%; Mercado: 29,8%; Administradores e Conselheiros: 5,9%; e Ações em Tesouraria: 1,7%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC Brasil S.A. apresentou um lucro líquido de R\$225,6 milhões no primeiro trimestre de 2025, representando um retorno sobre o patrimônio médio de 14,1% a.a. no primeiro trimestre de 2025.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$33,6 bilhões ao final de março de 2025. O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (considerando empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$1,1 bilhão ao final de março de 2025.

Resolução CVM 80/2022

Em atendimento à Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o Banco ABC S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Declaramos que foram prestados serviços, com prazo inferior a um ano, relacionados a (i) Asseguração limitada sobre relatório ESG e (ii) Procedimento previamente acordado sobre operações garantidas pelo programa FGI PEAC. Contratamos um total de R\$180 mil referente a tais serviços, o que equivale a 7,1% dos honorários de auditoria externa relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 do Banco e suas controladas.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC Brasil S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Gestão de Risco

1- Risco Corporativo

Para o Banco, a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.557/17, 4.745/19 e 4.945/21, o Banco mantém estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Resolução BCB 54/20, informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Informações aos Investidores > Gestão de Riscos e Capital > Estrutura de Gestão de Risco - Pilar 3.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Embora seja responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

A estrutura de governança do Banco considera que a instituição deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Riscos e o Comitê ESG, suportados por colegiados internos, o Comitê Executivo, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Riscos Não-Financeiros.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite ao risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos comitês de assessoramento.

Ao Comitê Executivo cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2- Risco Operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco não Financeiro (CORINF) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de Mercado e Liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões quinzenais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4- Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito e concessão de crédito abrange as atividades de concessão, administração, monitoramento e gestão do portfólio do Banco no que tange o apetite de risco, assim como a gestão do provisionamento. A gestão do apetite de risco inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco na visão portfólio, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte. A área também monitora as exposições garantindo que o portfólio esteja de acordo com os normativos do regulador.

5- Responsabilidade Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PR SAC") aprovada pelo Conselho no 4T24 traça os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que o Banco considera para a condução dos seus negócios, atividades, processos e relação com as partes interessadas, em aderência à Resolução CMN 4.945/21.

O Banco ABC Brasil dispõe de metodologia desenvolvida internamente para análise do Risco Socioambiental e Climático, utilização de ferramentas de pesquisa e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos de forma integrada com gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, legal e de reputação. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários e diligências socioambientais e climáticas junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pelo Comitê Executivo e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com a área de Gestão de Riscos. Em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.557/17 e 4.745/19, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Informações aos Investidores > Gestão de Riscos e Capital > Estrutura de Gestão de Capital.

7- Risco de Conformidade

O Banco ABC Brasil S.A., realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa, onde cada uma das linhas desempenha papéis e responsabilidades distintas e complementares e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas do mercado, que garante o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas.

Considera-se risco de conformidade, a possibilidade das sociedades integrantes do Grupo ABC Brasil e/ou suas controladas sofrerem sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação ou outros danos decorrentes do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação ou dos princípios e valores corporativos.

Neste sentido, é importante destacar a importância das áreas de negócios e suporte (1ª Linha de Defesa), Agentes de Compliance, que estão presentes em todas as áreas do Banco e que são figuras centrais no processo de gestão de riscos e controles do conglomerado, que contam com apoio da área institucional de Compliance Regulatório (2ª Linha de Defesa) e buscam assegurar a conformidade com as exigências normativas dos órgãos reguladores.

A área de Compliance é a unidade responsável pela gestão do risco de conformidade do Grupo ABC Brasil, nos termos da Resolução CMN nº 4.595/17. A cultura de Compliance é responsabilidade de todos, os administradores e colaboradores da Instituição, que devem conhecer suas responsabilidades, cumprindo com a legislação e regulamentação, e normativos internos aplicáveis aos seus negócios e às suas atribuições. A forma de atuação da área de Compliance compreende ações preventivas, detectivas e corretivas.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

A Administração

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas e administradores
Banco ABC Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e à elaboração de Informações Trimestrais ("ITR"), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

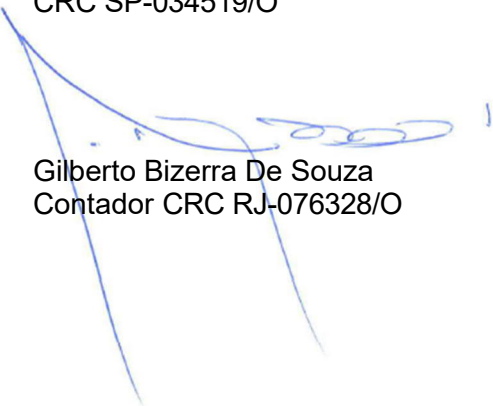
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC RJ-076328/O

Banco ABC Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Banco	Consolidado
		31/03/2025	31/03/2025
Ativos totais			
Disponibilidades	4	744.318	746.683
Ativos financeiros		55.699.464	57.691.636
Ao custo amortizado		43.281.598	43.073.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.756.539	5.756.539
Títulos e valores mobiliários	5.a	17.766.497	17.560.265
Operações de crédito	6	20.703.924	20.707.334
Provisão para perda esperada	7	(945.362)	(951.062)
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes		1.166.404	1.200.726
Títulos e valores mobiliários	5.a	1.167.545	1.201.867
Provisão para Perda esperada	7	(1.141)	(1.141)
Ao valor justo por meio do resultado		11.251.462	13.417.834
Títulos e valores mobiliários	5.a	7.784.113	7.791.884
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	3.566.058	5.724.659
Provisão para perda esperada	7	(98.709)	(98.709)
Outros ativos		3.495.908	5.511.387
Ativo fiscal diferido	18	1.773.997	1.800.385
Impostos e contribuições a compensar		314.791	356.825
Ativos não financeiros mantidos para venda		102.155	102.155
Outros	8	1.304.965	3.252.022
Investimentos		1.052.288	-
Participações em coligadas e controladas	9	1.052.288	-
Imobilizado de uso e intangível	10	275.895	275.895
Total do ativo		61.267.873	64.225.601

Banco ABC Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

		Banco	Consolidado
	Notas	31/03/2025	31/03/2025
Passivos financeiros			
Ao custo amortizado		51.729.156	52.693.046
Depósitos	11	10.504.861	9.541.370
Captação no mercado aberto	11	2.252.038	2.250.579
Recurso de aceites e emissão de títulos	11	23.621.809	23.621.809
Dívidas subordinadas	11	3.672.348	3.672.348
Obrigações por empréstimo	11	6.895.743	8.037.345
Obrigações por repasses	11	4.153.207	4.153.207
Outros passivos financeiros	12	580.000	1.367.238
Provisão para perda esperada	7	49.150	49.150
Ao valor justo por meio do resultado		2.178.513	3.998.173
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	2.178.513	3.998.173
Outros passivos		887.897	1.046.802
Passivos fiscais correntes	13	102.631	156.648
Passivos fiscais diferidos	13	765.238	870.126
Provisão para contingências	22.d	20.028	20.028
Total do passivo		54.795.566	57.738.021
Patrimônio líquido		6.472.307	6.487.580
Capital social		5.698.603	5.698.603
Reserva de capital		87.917	87.917
Reserva de lucros		658.661	658.661
Outros resultados abrangentes		3.469	3.469
Lucros acumulados		100.230	100.230
Ações em tesouraria		(76.573)	(76.573)
Participação de não controladores		-	15.273
Total do passivo e PL		61.267.873	64.225.601

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Banco	Consolidado
	Notas	31/03/2025	31/03/2025
Receitas da intermediação financeira		2.133.323	2.163.862
Operações de crédito		817.167	820.187
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		900.519	895.849
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	205.872	237.709
Resultado de operações de câmbio		209.765	210.117
Despesas da intermediação financeira		(1.340.713)	(1.324.022)
Operações de captação no mercado		(1.090.128)	(1.102.322)
Operações de empréstimos e repasses		(160.152)	(132.203)
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(90.433)	(89.497)
Resultado da intermediação financeira		792.610	839.840
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(523.046)	(540.832)
Receitas de prestação de serviços	14	60.588	106.830
Despesas de pessoal		(121.339)	(133.197)
Outras despesas administrativas	15	(88.978)	(92.788)
Despesas tributárias		(12.817)	(21.435)
Outras receitas operacionais	16	9.385	9.968
Outras despesas operacionais	17	(410.363)	(410.210)
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	40.478	-
Resultado operacional		269.564	299.008
Resultado não operacional		5.563	5.563
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		275.127	304.571
Imposto de renda e contribuição social	18	4.240	(14.106)
Corrente		-	(13.483)
Diferido		4.240	(623)
Participações nos lucros e resultados	21	(53.799)	(61.793)
Participações de acionistas não controladores		-	(3.104)
Lucro líquido do período		225.568	225.568
Lucro por ação - básico	23.f	0,97	0,97
Lucro por ação - diluído	23.f	0,95	0,95

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestre findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Lucro líquido do período	225.568	225.568
Itens não reclassificáveis para a demonstração do resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.151	2.151
Variação de valor justo	3.911	3.911
Efeito fiscal	(1.760)	(1.760)
Resultado abrangente total	227.719	227.719

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Saldos acumulados do período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Banco								
		Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Equalização de dividendos	Recompra de ações	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.698.603	97.239	159.763	694.399	55.000	(239.794)	-	(77.863)	6.387.347
Mudança na adoção inicial da 4.966	-	-	-	(250.501)	-	241.112	-	-	(9.389)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	5.698.603	97.239	159.763	443.898	55.000	1.318	-	(77.863)	6.377.958
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	2.151	-	-	2.151
Aquisição / distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.290	1.290
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	225.568	-	225.568
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(125.338)	-	(125.338)
Constituição/ reversão de reserva	-	(9.322)	-	-	-	-	-	-	(9.322)
Saldos em 31 de março de 2025	5.698.603	87.917	159.763	443.898	55.000	3.469	100.230	(76.573)	6.472.307

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Saldos acumulados do período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Consolidado									Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Equalização de dividendos	Recompra de ações	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Participações de acionistas não controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.698.603	97.239	159.763	694.399	55.000	(239.794)	-	(77.863)	23.767	6.411.114
Mudança na adoção inicial da 4.966	-	-	-	(250.501)	-	241.112	-	-	-	(9.389)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	5.698.603	97.239	159.763	443.898	55.000	1.318	-	(77.863)	23.767	6.401.725
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	2.151	-	-	-	2.151
Aquisição / distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.290	-	1.290
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	225.568	-	3.104	228.672
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(125.338)	-	-	(125.338)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.598)	(11.598)
Constituição/ reversão de reserva	-	(9.322)	-	-	-	-	-	-	-	(9.322)
Saldos em 31 de março de 2025	5.698.603	87.917	159.763	443.898	55.000	3.469	100.230	(76.573)	15.273	6.487.580

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Saldos acumulados do período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	729.106	773.511
Lucro líquido do período	225.568	225.568
Ajustes ao lucro líquido:	503.538	547.943
Depreciações e amortizações	15.305	15.305
Resultado de participações em controladas	(40.478)	-
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	90.433	89.497
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(23.103)	(23.103)
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	17.678	17.678
(Reversão) de outras provisões	(6.300)	(6.300)
(Reversão) de provisão para contingências	(1.938)	(1.938)
Atualização monetária de ativos	(662)	(662)
Imposto diferido	(4.240)	623
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	456.843	456.843
Variação de ativos e passivos	149.815	155.990
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	927.239	927.239
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(695.385)	(667.356)
Redução em operações de créditos	1.843.997	1.846.347
Redução em instrumentos financeiros derivativos	330.816	352.918
(Aumento) em impostos e contribuições a compensar	(19.049)	(8.737)
Redução em ativos não financeiros mantidos para venda	53.458	53.849
Redução em outros ativos - outros	637.105	752.242
(Redução) em depósitos	(1.687.541)	(1.792.580)
Aumento em captações no mercado aberto	243.304	292.878
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	471.913	471.913
(Redução) em obrigações por empréstimos	(2.226.936)	(2.365.215)
Aumento em obrigações por repasses	317.883	317.883
(Redução) em outros passivos financeiros	(149.620)	(182.039)
Aumento em passivos fiscais	140.936	239.372
Impostos pagos	(38.305)	(82.724)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	878.921	929.501
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(8.464)	(8.464)
Reversão de reserva de capital	(9.322)	(9.322)
Dividendos recebidos	41.655	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	23.869	(17.786)
Atividades de financiamento		
Aumento dívidas subordinadas	48.712	48.712
Aumento em ações em tesouraria	1.290	1.290
Juros sobre o capital próprio	(125.338)	(125.338)
Participação de acionistas não controladores	-	(8.494)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	(75.336)	(83.830)
Efeitos das mudanças das taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(18)	(18)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	827.436	827.867
No início do período	5.672.404	5.674.338
No final do período	6.499.840	6.502.205
Variações nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	827.436	827.867

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Saldos acumulados do período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Banco 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Apuração do valor adicionado			
Receitas		2.112.863	2.191.163
Receitas da intermediação financeira		2.133.323	2.163.862
Receitas de prestação de serviços	14	60.588	106.830
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(90.433)	(89.497)
Outras receitas operacionais	16	9.385	9.968
Despesas de intermediação financeira		(1.250.280)	(1.234.525)
Insumos adquiridos de terceiros		(471.016)	(474.147)
Processamento de dados	15	(23.729)	(24.398)
Comunicações	15	(1.130)	(1.171)
Serviços de terceiros	15	(5.288)	(4.968)
Serviços do sistema financeiro	15	(10.866)	(11.796)
Serviços técnicos especializados	15	(8.903)	(9.893)
Despesas de viagem	15	(1.849)	(2.062)
Promoções e relações públicas	15	(222)	(227)
Outras despesas operacionais	17	(410.363)	(410.210)
Receitas não operacionais		24.569	24.569
Despesas não operacionais		(19.006)	(19.006)
Outras despesas administrativas		(14.229)	(14.985)
Valor adicionado bruto		391.567	482.491
Retenções		(15.305)	(15.305)
Depreciação e amortização	15	(15.305)	(15.305)
Valor adicionado líquido produzido		376.262	467.186
Valor adicionado recebido em transferência		40.478	-
Resultado de participações em controladas	9	40.478	-
Valor adicionado total a distribuir		416.740	467.186
Distribuição do valor adicionado		416.740	467.186
Pessoal		150.670	168.075
Remuneração direta		74.924	82.184
Benefícios		15.545	17.188
Encargos sociais - FGTS		6.164	6.626
Treinamentos		238	284
Participações nos lucros e resultados		53.799	61.793
Impostos, taxas e contribuições		33.045	62.456
Federais		29.397	56.744
Estaduais		1	1
Municipais		3.647	5.711
Remuneração de capitais de terceiros		7.457	7.983
Aluguéis	15	7.457	7.983
Remuneração dos acionistas		225.568	228.672
Juros sobre o capital próprio	23.b	125.338	125.338
Lucros retidos		100.230	100.230
Participações de acionistas não controladores		-	3.104

1. Contexto operacional

O Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Bank ABC que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior, através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 20).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de Maio de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

i) Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A., e das empresas controladas e dos fundos de investimentos:

Controladas Diretas	% Participação
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	100%
ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	100%
ABC Brasil Investment Banking Ltda.	93,18%
Controladas Indiretas	% Participação
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100%
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda.	90%
Visio Gestora de Créditos Ltda.	90%
ABC M&A e ECM Ltda.	100%
ABC DCM Ltda.	100%
ABC Holding Financeira Ltda.	100%
Fundos de Investimentos consolidados	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizado ABC I.	
Baraúna Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	
Apoema Fund Ltda	

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação, foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram devidamente eliminados.

Conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de maneira adicional às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais são exigidas pela Resolução nº CMN 4.818/2020 e que serão posteriormente publicadas.

ii) Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 e Resolução nº 4.817/20 do Conselho Monetário Nacional.

iii) Conversão de moedas estrangeiras

Os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. O resultado é convertido pela taxa de câmbio média mensal (nota 20).

iv) Principais práticas contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do valor Justo e CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Adicionalmente, o Bacen emitiu as Resoluções CMN nº 4.966/21, 5.019/22 e BCB nº 352/23, que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025, sendo que os impactos provenientes de suas implementações estão descritos na nota 26.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco ABC Brasil representa a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, sendo:

- As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.
- As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.
- As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.
- As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.
- Os contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura são registrados pelo valor justo.
- As operações com outros instrumentos financeiros derivativos são registradas de acordo com as características do contrato.

O Banco ABC realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 para: i) ativos financeiros; ii) garantias financeiras prestadas; iii) compromissos de crédito e créditos a liberar.

O Banco revisa seus ativos financeiros a cada data de balanço, com o intuito de avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são reconhecidos com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada.

i) Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

ii) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

iii) Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Critérios de avaliação dos passivos

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As operações de depósitos à vista não são remuneradas pelo Banco. As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos são negociadas a taxas normais de mercado.

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IDB - Inter-American Development Bank, PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA and IFC - International Finance Corporation) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

d) Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. A variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção, bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção, estão divulgados nas Notas 5.b e 11.b respectivamente.

e) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

f) Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

g) Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Uma operação é considerada reestruturada sempre que ocorrer uma renegociação que implique na concessão de vantagens à contraparte, seja em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

h) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

3. Segregação entre circulante e não circulante

Classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram em prazo superior a doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrada, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

i) As estimativas de realizações futuras dos créditos e obrigações tributárias diferidas foram apuradas conforme nota 18, em 31 de março de 2025 são demonstradas abaixo:

	Banco 31/03/2025			Consolidado 31/03/2025		
	Até 1 Ano	Acima de 1 Ano	Total	Até 1 Ano	Acima de 1 Ano	Total
Ativos fiscais diferidos	1.130.578	643.419	1.773.997	1.130.958	669.427	1.800.385
Obrigações fiscais diferidas	765.238	-	765.238	870.126	-	870.126

ii) As letras financeiras do tesouro LFT, classificadas como valor justo em outros resultados abrangentes, são demonstradas no balanço patrimonial pelo prazo de vencimento do papel mesmo possuindo alta liquidez e montam o valor de R\$ 781.224 no Banco e R\$ 815.546 no Consolidado em 31 de março de 2025.

iii) Os títulos públicos classificados como custo amortizado, com vencimento superior a um ano, são passíveis de conversão em caixa através de operações compromissadas e montam o valor de R\$ 2.910.023 classificados no longo prazo, no Banco e no Consolidado em 31 de março de 2025.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

A segregação entre circulante e não circulante, do Banco e Consolidado, para o trimestre findo em 31 de março de 2025, estão demonstrados a seguir:

	Banco		
	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos totais			
Disponibilidades	744.318	-	744.318
Ativos financeiros	37.465.006	18.234.458	55.699.464
Ao custo amortizado	32.134.636	11.146.962	43.281.598
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.756.539	-	5.756.539
Títulos e valores mobiliários	12.752.016	5.014.481	17.766.497
Operações de crédito	14.278.030	6.425.894	20.703.924
Provisão para perda esperada	(651.949)	(293.413)	(945.362)
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	1.151.923	14.481	1.166.404
Títulos e valores mobiliários	1.153.064	14.481	1.167.545
Provisão para perda esperada	(1.141)	-	(1.141)
Ao valor justo por meio do resultado	4.178.447	7.073.015	11.251.462
Títulos e valores mobiliários	2.769.632	5.014.481	7.784.113
Instrumentos financeiros derivativos	1.507.524	2.058.534	3.566.058
Provisão para perda esperada	(98.709)	-	(98.709)
Outros ativos	2.585.313	910.595	3.495.908
Ativo fiscal diferido	1.130.578	643.419	1.773.997
Impostos e contribuições a compensar	102.907	211.884	314.791
Ativos não financeiros mantidos para venda	102.155	-	102.155
Outros	1.249.673	55.292	1.304.965
Investimentos	-	1.052.288	1.052.288
Participações em coligadas e controladas	-	1.052.288	1.052.288
Imobilizado de uso e intangível	-	275.895	275.895
Total do ativo	40.794.637	20.473.236	61.267.873
	Banco		
	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos financeiros			
Ao Custo Amortizado	33.058.987	18.670.169	51.729.156
Depósitos	8.727.483	1.777.378	10.504.861
Captação no mercado aberto	2.252.038	-	2.252.038
Recurso de aceites e emissão de títulos	13.631.106	9.990.703	23.621.809
Dívidas subordinadas	621.970	3.050.378	3.672.348
Obrigações por empréstimo	6.590.166	305.577	6.895.743
Obrigações por repasses	640.337	3.512.870	4.153.207
Outros passivos financeiros	572.800	7.200	580.000
Provisão para perda esperada	23.087	26.063	49.150
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.106.952	1.071.561	2.178.513
Instrumentos financeiros derivativos	1.106.952	1.071.561	2.178.513
Passivos Fiscais	821.229	66.668	887.897
Correntes	35.963	66.668	102.631
Diferidos	765.238	-	765.238
Outros passivos	20.028	-	20.028
Patrimônio Líquido	-	6.472.307	6.472.307
Capital social	-	5.698.603	5.698.603
Reserva de capital	-	87.917	87.917
Reserva de lucros	-	658.661	658.661
Outros resultados abrangentes	-	3.469	3.469
Lucros acumulados	-	100.230	100.230
Ações em tesouraria	-	(76.573)	(76.573)
Total do Passivo e PL	34.987.168	26.280.705	61.267.873

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos totais			
Disponibilidades	746.683	-	746.683
Ativos financeiros	49.022.055	8.669.581	57.691.636
Ao Custo Amortizado	36.977.339	6.095.737	43.073.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.756.539	-	5.756.539
Títulos e valores mobiliários	17.542.492	17.773	17.560.265
Operações de crédito	14.336.778	6.370.556	20.707.334
Provisão para perda esperada	(658.470)	(292.592)	(951.062)
	-	-	-
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultado Abrangentes	1.182.953	17.773	1.200.726
Títulos e valores mobiliários	1.184.094	17.773	1.201.867
Provisão para perda esperada	(1.141)	-	(1.141)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	10.861.763	2.556.071	13.417.834
Títulos e valores mobiliários	7.774.111	17.773	7.791.884
Instrumentos financeiros derivativos	3.186.361	2.538.298	5.724.659
Provisão para perda esperada	(98.709)	-	(98.709)
Outros ativos	4.574.755	936.632	5.511.387
Ativo fiscal diferido	1.130.958	669.427	1.800.385
Impostos e contribuições a compensar	144.941	211.884	356.825
Ativos não financeiros mantidos para venda	102.155	-	102.155
Outros	3.196.701	55.321	3.252.022
Imobilizado de uso e intangível	-	275.895	275.895
Total do ativo	54.343.493	9.882.108	64.225.601

	Consolidado		
	31/03/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos Financeiros			
Ao Custo Amortizado	34.022.585	18.670.461	52.693.046
Depósitos	7.763.992	1.777.378	9.541.370
Captação no mercado aberto	2.250.579	-	2.250.579
Recurso de aceites e emissão de títulos	14.167.036	9.454.773	23.621.809
Dívidas subordinadas	86.040	3.586.308	3.672.348
Obrigações por empréstimo	7.731.768	305.577	8.037.345
Obrigações por repasses	640.337	3.512.870	4.153.207
Outros passivos financeiros	1.359.746	7.492	1.367.238
Provisão para perda esperada	23.087	26.063	49.150
Ao Valor Justo por meio do Resultado	2.615.698	1.382.475	3.998.173
Instrumentos financeiros derivativos	2.615.698	1.382.475	3.998.173
Passivos fiscais	875.281	171.521	1.046.802
Correntes	89.708	66.940	156.648
Diferidos	765.545	104.581	870.126
Outros Passivos	20.028	-	20.028
Patrimônio Líquido	-	6.487.580	6.487.580
Capital social		5.698.603	5.698.603
Reserva de capital		87.917	87.917
Reserva de lucros		658.661	658.661
Outros resultados abrangentes		3.469	3.469
Lucros acumulados		100.230	100.230
Ações em tesouraria		(76.573)	(76.573)
Participação de não controladores		15.273	15.273
Total do Passivo e PL	37.513.564	26.712.037	64.225.601

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados e classificados ao Custo Amortizado:

	Banco			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Valor Contábil Bruto	Perda Esperada	Custo Amortizado	Valor Contábil Bruto	Perda Esperada	Custo Amortizado
Disponibilidades	744.318	-	744.318	746.683	-	746.683
Aplicações financeiras de liquidez	5.755.522	1.017	5.756.539	5.755.522	1.017	5.756.539
Aplicações em moedas estrangeiras	172.266	-	172.266	172.266	-	172.266
Outras operações com vencimentos de até 90 dias (a)	5.583.256	1.017	5.584.273	5.583.256	1.017	5.584.273
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.499.840	1.017	6.500.857	6.502.205	1.017	6.503.222

(a) Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos e valores mobiliários, em 31 de março de 2025, são demonstradas como segue:

Mensurados ao Custo Amortizado

	31/03/2025				31/03/2025			
	Banco				Consolidado			
	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido
Notas do tesouro nacional - NTN - B	343.621	343.621	-	343.621	343.621	343.621	-	343.621
Letras do tesouro nacional – LTN	707.983	707.983	-	707.983	707.983	707.983	-	707.983
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	47.445	47.445	(232)	47.213	47.445	47.445	(232)	47.213
Notas do tesouro nacional - NTN – F	1.911.594	1.858.419	-	1.858.419	1.911.594	1.858.419	-	1.858.419
Debêntures	1.643.119	1.658.631	(54.382)	1.604.249	1.643.119	1.658.631	(54.382)	1.604.249
Notas promissórias – NP	818.466	818.466	(4.421)	814.045	818.466	818.466	(4.421)	814.045
Cédula do produtor rural – CPR	6.360.463	6.431.430	(68.567)	6.362.863	6.360.463	6.431.430	(68.567)	6.362.863
Letras financeiras – LF	107.156	107.156	(456)	106.700	107.156	107.156	(456)	106.700
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	50.034	71.018	(19.975)	51.043	50.034	71.018	(19.975)	51.043
Certificados de recebíveis - CR	43.990	43.990	-	43.990	43.990	43.990	-	43.990
Nota comercial - NC	5.629.733	5.678.338	(36.973)	5.641.365	5.423.503	5.472.106	(36.973)	5.435.133
Total - Custo Amortizado	17.663.604	17.766.497	(185.006)	17.581.491	17.457.374	17.560.265	(185.006)	17.375.259

Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultado Abrangentes

	31/03/2025				31/03/2025			
	Banco				Consolidado			
	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro – LFT	780.648	781.224	-	781.224	814.965	815.546	-	815.546
Eurobônus	71.537	72.170	(105)	72.065	71.537	72.170	(105)	72.065
Notas do tesouro nacional - NTN - B	129.396	124.744	-	124.744	129.396	124.744	-	124.744
Debêntures	158.186	157.394	(726)	156.668	158.186	157.394	(726)	156.668
Letras financeiras – LF	32.013	32.013	(310)	31.703	32.013	32.013	(310)	31.703
Total - Valor Justo em Outros Resultado Abrangentes	1.171.780	1.167.545	(1.141)	1.166.404	1.206.097	1.201.867	(1.141)	1.200.726

Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	31/03/2025				31/03/2025			
	Banco				Consolidado			
	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido	Custo	Valor justo	Perda esperada	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro – LFT	16.547	16.619	-	16.619	17.622	17.695	-	17.695
Eurobônus	158.551	158.025	-	158.025	158.551	158.025	-	158.025
Notas do tesouro nacional - NTN - B	4.341.508	4.082.389	-	4.082.389	4.341.508	4.082.390	-	4.082.390
Debêntures	217.640	217.640	(98.709)	118.931	217.640	217.640	(98.709)	118.931
Cédula do produtor rural – CPR	121.149	118.662	-	118.662	121.149	118.662	-	118.662
Títulos públicos emitidos em outros países	2.572.601	2.568.244	-	2.568.244	2.572.601	2.568.244	-	2.568.244
Ações de companhias abertas	172.916	18.790	-	18.790	172.916	18.790	-	18.790
Fundos em participações de infraestrutura	59.331	61.646	-	61.646	59.331	61.646	-	61.646
Fundos de investimento em direitos creditórios	592.438	542.098	-	542.098	590.389	540.048	-	540.048
Fundos de investimentos líquido	-	-	-	-	8.744	8.744	-	8.744
Total - Valor Justo no Resultado	8.252.681	7.784.113	(98.709)	7.685.404	8.260.451	7.791.884	(98.709)	7.693.175

A composição da carteira em 31 de março de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	Banco			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Março de 2025				
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	1.079.640	87.905	-	1.167.545
Ao valor justo por meio do resultado	5.365.200	1.620.003	798.910	7.784.113
Total	6.444.840	1.707.908	798.910	8.951.658

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Março de 2025				
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	1.113.962	87.905	-	1.201.867
Ao valor justo por meio do resultado	5.366.275	1.626.699	798.910	7.791.884
Total	6.480.237	1.714.604	798.910	8.993.751

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando principalmente à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apreamento.

As bases adotadas para determinar os preços de mercado são as seguintes:

Futuros: cotações em Bolsas;

Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado, principalmente Black&Scholes;

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e

Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Contratos de Câmbio: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco				
	Março/2025				
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Risco de crédito próprio Patrimônio Líquido (DRC)	Valor Justo
Contratos de futuros	16.061.055	-	-	-	-
Compromisso de compra	6.458.855	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	6.225.836	-	-	-	-
Moeda estrangeira	70.744	-	-	-	-
Commodities	683	-	-	-	-
Inflação	161.592	-	-	-	-
Compromisso de venda	9.602.200	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	7.440.993	-	-	-	-
Moeda estrangeira	1.288.731	-	-	-	-
Commodities	505.124	-	-	-	-
Inflação	367.352	-	-	-	-
Posição ativa	57.333.538	3.029.964	536.094	-	3.566.058
Contratos de “Swap”	16.173.935	250.727	939.164	-	1.189.891
Mercado interfinanceiro	10.114.543	36.928	799.720	-	836.648
Moeda estrangeira	1.980.118	162.907	128.039	-	290.946
Prefixado	3.745.000	31.644	15.926	-	47.570
Outros	258.399	1.687	(221)	-	1.466
Inflação	75.875	17.561	(4.300)	-	13.261
Posição passiva	46.931.479	(1.999.920)	(179.652)	1.059	(2.178.513)
Contratos de “Swap”	4.596.211	(189.036)	(38.823)	801	(227.058)
Mercado interfinanceiro	1.316.850	(132.646)	52.442	275	(79.929)
Moeda estrangeira	443.420	(21.983)	1.418	92	(20.473)
Prefixado	2.730.941	(34.357)	(92.627)	434	(126.550)
Inflação	105.000	(50)	(56)	-	(106)
Contratos de opções	66.613.430	982.457	(539.708)	76	442.825
Compromisso de compra	32.014.639	2.518.274	(421.941)	-	2.096.333
Moeda estrangeira	29.535.189	2.390.173	(520.479)	-	1.869.694
Commodities	2.479.450	128.101	98.538	-	226.639
Compromisso de venda	34.598.791	(1.535.817)	(117.767)	76	(1.653.508)
Moeda estrangeira	32.129.785	(1.383.899)	(6.306)	2	(1.390.203)
Ações	43.725	(4.655)	1.245	-	(3.410)
Commodities	2.425.281	(147.263)	(112.706)	74	(259.895)
Contratos de câmbio	4.323.892	6.105	(34)	10	6.081
Compromisso de compra	3.489.335	20.983	(24)	-	20.959
Moeda estrangeira	3.489.335	20.983	(24)	-	20.959
Compromisso de venda	834.557	(14.878)	(10)	10	(14.878)
Moeda estrangeira	834.557	(14.878)	(10)	10	(14.878)
Outros instrumentos financeiros	12.557.549	(20.209)	(4.157)	172	(24.194)
Compromisso de compra	5.655.629	239.980	18.895	-	258.875
Moeda estrangeira	3.337.878	108.669	11.142	-	119.811
Commodities	2.123.992	130.575	7.753	-	138.328
Outros	193.759	736	-	-	736
Compromisso de venda	6.901.920	(260.189)	(23.052)	172	(283.069)
Moeda estrangeira	4.542.040	(143.607)	(14.117)	98	(157.626)
Commodities	2.016.452	(115.877)	(8.935)	74	(124.738)
Outros	343.428	(705)	-	-	(705)

	Consolidado				
	Março/2025				
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Risco de crédito próprio Patrimônio Líquido (DRC)	Valor Justo
Contratos de futuros	16.062.491	-	-	-	-
Compromisso de compra	6.458.855	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	6.225.836	-	-	-	-
Moeda estrangeira	70.744	-	-	-	-
Commodities	683	-	-	-	-
Outros	161.592	-	-	-	-
Compromisso de venda	9.603.636	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	7.440.993	-	-	-	-
Moeda estrangeira	1.290.167	-	-	-	-
Commodities	505.124	-	-	-	-
Outros	367.352	-	-	-	-
Posição ativa	59.710.189	5.195.921	528.738	-	5.724.659
Contratos de “Swap”	16.173.935	250.727	936.192	-	1.186.919
Mercado interfinanceiro	10.114.543	36.928	796.727	-	833.655
Moeda estrangeira	1.980.118	162.907	128.060	-	290.967
Prefixado	3.745.000	31.644	15.926	-	47.570
Inflação	258.399	1.687	(221)	-	1.466
Outros	75.875	17.561	(4.300)	-	13.261
Posição passiva	49.119.853	(3.822.645)	(176.587)	1.059	(3.998.173)
Contratos de “Swap”	4.596.211	(189.036)	(35.767)	801	(224.002)
Mercado interfinanceiro	1.316.850	(132.646)	55.498	275	(76.873)
Moeda estrangeira	443.420	(21.983)	1.418	92	(20.473)
Prefixado	2.730.941	(34.357)	(92.627)	434	(126.550)
Outros	105.000	(50)	(56)	-	(106)
Contratos de opções	66.613.430	982.458	(539.708)	76	442.826
Compromisso de compra	32.014.639	2.518.275	(421.941)	-	2.096.334
Moeda estrangeira	29.535.189	2.390.173	(520.479)	-	1.869.694
Commodities	2.479.450	128.102	98.538	-	226.640
Compromisso de venda	34.598.791	(1.535.817)	(117.767)	76	(1.653.508)
Moeda estrangeira	32.129.785	(1.383.899)	(6.306)	2	(1.390.203)
Ações	43.725	(4.655)	1.245	-	(3.410)
Commodities	2.425.281	(147.263)	(112.706)	74	(259.895)
Contratos de câmbio	4.323.892	6.105	(34)	10	6.081
Compromisso de compra	3.489.335	20.983	(24)	-	20.959
Moeda estrangeira	3.489.335	20.983	(24)	-	20.959
Compromisso de venda	834.557	(14.878)	(10)	10	(14.878)
Moeda estrangeira	834.557	(14.878)	(10)	10	(14.878)
Outros instrumentos financeiros	17.122.574	323.022	(8.532)	172	314.662
Compromisso de compra	8.032.280	2.405.936	14.511	-	2.420.447
Moeda estrangeira	3.366.141	110.714	10.793	-	121.507
Commodities	4.472.380	2.294.486	3.718	-	2.298.204
Outros ativos financeiros	193.759	736	-	-	736
Compromisso de venda	9.090.294	(2.082.914)	(23.043)	172	(2.105.785)
Moeda estrangeira	4.550.942	(144.934)	(14.066)	98	(158.902)
Commodities	4.195.924	(1.937.275)	(8.977)	74	(1.946.178)
Ações	343.428	(705)	-	-	(705)

Visando mitigar os riscos das operações de obrigações por repasses do exterior no valor de US\$ 44,4 milhões (Nota 11.b), a Administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

	Banco e Consolidado			
	31/03/2025			
	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Derivativos usados como “<i>hedge</i>” de valor justo				
Instrumento de “<i>Hedge</i>”				
Contratos de “<i>Swap</i>”	-	-	-	-
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa	224.313	258.042	250.669	(7.373)
	224.313	258.042	250.669	(7.373)
Objeto de “<i>Hedge</i>”				
Obrigações por repasses no exterior (Nota 11.b)	258.072	258.072	250.699	7.373
	258.072	258.072	250.699	7.373

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos, por vencimento, em 31 de março de 2025, têm a seguinte composição:

	Banco						
	31/03/2025						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Compensação							
Contratos de futuros	1.701.391	4.185.833	2.501.633	3.714.383	2.344.371	1.613.444	16.061.055
Contratos de opção	2.520.780	445.454	12.108.373	24.020.336	26.998.040	520.447	66.613.430
Contratos de “Swap”	1.608.574	1.623.335	1.081.520	3.737.174	6.943.208	5.776.335	20.770.146
Contratos de Câmbio	1.159.008	453.083	214.706	2.262.505	234.590	-	4.323.892
Outros instrumentos financeiros	3.779.404	3.927.318	1.555.702	2.048.569	1.218.799	27.757	12.557.549
Total – Março de 2025	10.769.157	10.635.023	17.461.934	35.782.967	37.739.008	7.937.983	120.326.072
Posição ativa							
Contratos de opção	14.106	2.215	410.071	659.002	991.050	19.889	2.096.333
Contratos de “Swap”	11.689	33.697	28.173	82.048	328.949	705.335	1.189.891
Contratos de Câmbio	3.062	5.002	621	11.643	631	-	20.959
Outros instrumentos financeiros	111.236	51.502	43.443	40.014	12.583	97	258.875
Total – Março de 2025	140.093	92.416	482.308	792.707	1.333.213	725.321	3.566.058
Posição passiva							
Contratos de opção	(39.002)	(4.352)	(196.504)	(511.070)	(836.913)	(65.667)	(1.653.508)
Contratos de “Swap”	(4.902)	(22.927)	(6.169)	(52.262)	(85.134)	(55.664)	(227.058)
Contratos de Câmbio	(428)	(2.046)	(4.020)	(5.459)	(2.925)	-	(14.878)
Outros instrumentos financeiros	(113.454)	(55.071)	(35.734)	(53.552)	(25.258)	-	(283.069)
Total – Março de 2025	(157.786)	(84.396)	(242.427)	(622.343)	(950.230)	(121.331)	(2.178.513)

	Consolidado						Total
	31/03/2025						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Compensação							
Contratos de futuros	1.701.391	4.187.269	2.501.633	3.714.383	2.344.371	1.613.444	16.062.491
Contratos de opção	2.520.780	445.454	12.108.373	24.020.336	26.998.038	520.449	66.613.430
Contratos de "Swap"	1.608.574	1.623.335	1.081.520	3.737.174	6.943.208	5.776.335	20.770.146
Contratos de Câmbio	1.159.008	453.083	214.706	2.262.505	234.590	-	4.323.892
Outros instrumentos financeiros	4.039.795	4.396.987	2.318.884	3.269.185	2.789.762	307.961	17.122.574
Total – Março de 2025	11.029.548	11.106.128	18.225.116	37.003.583	39.309.969	8.218.189	124.892.533
Posição ativa							
Contratos de opção	14.106	2.215	410.071	659.002	991.050	19.890	2.096.334
Contratos de "Swap"	11.689	33.697	28.173	82.048	325.954	705.358	1.186.919
Contratos de Câmbio	3.062	5.002	621	11.643	631	-	20.959
Outros instrumentos financeiros	209.534	309.261	675.481	730.756	442.997	52.419	2.420.447
Total – Março de 2025	238.391	350.175	1.114.346	1.483.449	1.760.632	777.667	5.724.659
Posição passiva							
Contratos de opção	(39.078)	(4.352)	(196.504)	(511.070)	(836.837)	(65.667)	(1.653.508)
Contratos de "Swap"	(2.626)	(22.927)	(6.169)	(52.262)	(84.354)	(55.664)	(224.002)
Contratos de Câmbio	(437)	(2.046)	(4.020)	(5.459)	(2.916)	-	(14.878)
Outros instrumentos financeiros	(200.415)	(285.639)	(621.581)	(661.113)	(307.615)	(29.422)	(2.105.785)
Total – Março de 2025	(242.556)	(314.964)	(828.274)	(1.229.904)	(1.231.722)	(150.753)	(3.998.173)

A composição da carteira em 31 de março de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	Banco			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Posição Ativa	1.932.294	1.631.252	2.512	3.566.058
Posição Passiva	(1.466.860)	(709.477)	(2.176)	(2.178.513)
	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Posição Ativa	1.929.322	3.792.825	2.512	5.724.659
Posição Passiva	(1.463.804)	(2.532.193)	(2.176)	(3.998.173)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão assim compostos:

	Banco		
	31/03/2025		
	Receitas	Despesas	Líquido (1)
Futuros	1.800.235	(1.599.641)	200.594
Swaps	66.926	(235.154)	(168.228)
Opções	4.941.218	(4.733.375)	207.843
Câmbio	190.688	(91.185)	99.503
Outros instrumentos financeiros	196.672	(330.511)	(133.840)
Total	7.195.739	(6.989.866)	205.872

(1) Na demonstração de resultado é apresentado de forma líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

Futuros
Swaps
Opções
Câmbio
Outros instrumentos financeiros
Total

(1) Na demonstração de resultado é apresentado de forma líquida.

Consolidado		
31/03/2025		
Receitas	Despesas	Líquido (1)
1.800.555	(1.599.818)	200.737
66.926	(264.102)	(197.176)
4.900.997	(4.733.375)	167.622
190.688	(50.965)	139.723
669.537	(742.734)	(73.197)
7.628.703	(7.390.994)	237.709

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Resolução CVM nº 02/20, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

i) **Taxas de Juros**

Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)
Total da exposição a taxas de Juros (nota 24)

Exposição		
Cenário	Cenário II	Cenário III
24.851	29.490	34.128
64.484	69.425	74.366
49.519	55.800	62.080
138.855	154.715	170.574

ii) **Taxas de Câmbio**

Total da exposição a taxas de Câmbio (nota 24)

26.987	57.569	88.155
26.987	57.569	88.155

iii) **Índices, ações e mercadorias**

Total da exposição a índices, ações e mercadorias (nota 24)

44.314	44.665	45.014
44.314	44.665	45.014

i) Taxas de juros:

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de “Negociação” (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.745/19 e Instrução Normativa BCB nº 247, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Resolução CVM nº 02/20, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição a taxas de juros em 31 de março de 2025 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

ii) Taxas de câmbio:

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.958/21, Resolução CMN nº 4.956/21, Circular nº 3.641/13 e Circular nº 3.984/20. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Resolução CVM nº 02/20, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 31 de março de 2025.

(iii) Carteira de Não Negociação (Banking Book):

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 48/20, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de “stress” cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos.

Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de março de 2025 demonstraram uma exposição de R\$ 138.844, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. Carteira de operações de crédito e garantias financeiras prestadas

Os saldos das operações de crédito e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Classificadas ao Custo Amortizado

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto
Operações de crédito		
Empréstimos	7.372.494	7.375.904
Financiamentos	7.305.399	7.305.399
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.715.285	1.715.285
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	1.997.705	1.997.705
Títulos e créditos a receber	2.313.041	2.313.041
Total - Operações de crédito	20.703.924	20.707.334
Garantias financeiras prestadas (registradas em contas de compensação)		
Fianças prestadas a clientes	12.924.112	12.923.943
Total – Garantias financeiras prestadas	12.924.112	12.923.943
Total da carteira	33.628.036	33.631.277

	Banco							
	31/03/2025							
	A vencer							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	2.137.013	3.760.623	4.078.446	4.029.094	5.338.557	1.087.337	272.854	20.703.924
Garantias financeiras prestadas	1.113.723	1.010.949	1.008.935	2.937.304	4.780.035	2.073.166	-	12.924.112
Total – Marco de 2025	3.250.736	4.771.572	5.087.381	6.966.398	10.118.592	3.160.503	272.854	33.628.036

	Consolidado						
	31/03/2025						
	A vencer						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
							Total
Operações de crédito	2.137.013	3.760.623	4.078.446	4.029.094	5.341.967	1.087.337	272.854
Garantias financeiras prestadas	1.113.723	1.010.949	1.008.935	2.937.135	4.780.035	2.073.166	-
Total – Março de 2025	3.250.736	4.771.572	5.087.381	6.966.229	10.122.002	3.160.503	272.854

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

		Banco e Consolidado	
		31/03/2025	
		Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor		930.262	1,8%
10 maiores devedores		5.362.353	10,5%
20 maiores devedores		8.855.754	17,3%

(1) Total da carteira inclui operações de créditos, títulos e valores mobiliários privados, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito.

No trimestre findo em 31 de março de 2025, a distribuição dos instrumentos financeiros por classe e estágio são assim apresentados:

	Banco			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros associados ao risco de crédito				
Ao custo amortizado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.017	-	-	1.017
Títulos e valores mobiliários	61.549	10.029	113.428	185.006
Operações de crédito	99.944	45.006	424.389	569.339
Provisão prospectiva (a)	-	-	190.000	190.000
Total ao custo amortizado	162.510	55.035	727.817	945.362
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	1.141	-	-	1.141
Ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	98.709	98.709
Passivos financeiros associados ao risco de crédito				
Garantias financeiras prestadas	19.015	21.789	-	40.804
Compromissos de créditos e créditos a liberar	4.323	3.874	149	8.346
Total de garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito	23.338	25.663	149	49.150
Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito	186.989	80.698	826.675	1.094.362

a) corresponde a provisão prospectiva no âmbito da Resolução CMN 4.966/21.

Ativos financeiros associados ao risco de crédito	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ao custo amortizado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.017	-	-	1.017
Títulos e valores mobiliários	61.549	10.029	113.428	185.006
Operações de crédito	104.563	46.059	424.417	575.039
Provisão prospectiva (a)	-	-	190.000	190.000
Total ao custo amortizado	167.129	56.088	727.845	951.062
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	1.141	-	-	1.141
Ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	98.709	98.709
Garantias financeiras prestadas	19.015	21.789	-	40.804
Compromissos de créditos e créditos a liberar	4.323	3.874	149	8.346
Total de garantias financeiras pretadas e compromissos de créditos	23.338	25.663	149	49.150
Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito	191.608	81.751	826.703	1.100.062

a) corresponde a provisão prospectiva no âmbito da Resolução CMN 4.966/21.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

A movimentação da perda esperada de crédito por estágio é assim demonstrada:

Banco				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	192.212	84.167	749.686	1.026.065
Transferidos para o Estágio 1	3.786	-	-	3.786
Transferidos para o Estágio 2	-	2.264	-	2.264
Transferidos para o Estágio 3	-	-	6.956	6.956
Oriundos do Estágio 1	(3.085)	-	-	(3.085)
Oriundos do Estágio 2	-	(8.443)	-	(8.443)
Oriundos do Estágio 3	-	-	(1.478)	(1.478)
Ativos originados / Liquidados ou amortizados	(5.961)	2.710	93.684	90.433
Baixas para prejuízo	-	-	(22.136)	(22.136)
Saldo final	186.952	80.698	826.712	1.094.362

Consolidado				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	197.799	85.112	749.790	1.032.701
Transferidos para o Estágio 1	3.890	-	-	3.890
Transferidos para o Estágio 2	-	2.264	-	2.264
Transferidos para o Estágio 3	-	-	6.996	6.996
Oriundos do Estágio 1	(3.085)	-	-	(3.085)
Oriundos do Estágio 2	-	(8.482)	-	(8.482)
Oriundos do Estágio 3	-	-	(1.583)	(1.583)
Ativos originados / Liquidados ou amortizados	(7.034)	2.857	93.674	89.497
Baixas para prejuízo	-	-	(22.136)	(22.136)
Saldo final	191.570	81.751	826.741	1.100.062

Em 31 de março de 2025, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 77.222 e de operações reestruturadas é de R\$ 30.716.

8. Outros ativos - outros

As composições de outros ativos - outros estão assim demonstradas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Títulos e créditos a receber ^(a)	-	1.208.731
Negociação e Intermediação de valores ^(b)	584.268	770.039
Aquisições de operações de crédito - cartões	324.061	324.061
Relações interfinanceiras ^(c)	229.794	229.794
Adiantamento contrato de energia ^(d)	-	501.917
Despesas Antecipadas	46.975	47.047
Rendas a receber	28.132	39.544
Outros créditos sem característica de concessão de crédito	27.577	27.577
Devedores por depósitos em garantia	12.545	12.545
Outros	51.613	90.767
Total	1.304.965	3.252.022

- (a) Pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre) onde exista risco atrelado.
(b) Valores a receber decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.
(c) Créditos vinculados junto ao Banco Central -conta de pagamento instantâneo.
(d) Pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre) sem risco atrelado.

9. Investimentos de participações em coligadas e controladas

31/03/2025						
	% de Participação	Total do Ativo	Patrimônio Líquido	Participação no Patrimônio Líquido	Resultado Acumulado	Equivalência Patrimonial
Controladas Diretas						
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	100%	111.022	110.995	110.995	9.293	9.299
ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	100%	4.947.531	850.932	850.932	18.996	18.996
ABC Brasil Investment Banking Ltda. ⁽¹⁾	93,18%	107.785	104.403	90.361	14.452	12.183
			1.066.330	1.052.288	42.741	40.478
Controladas Indiretas						
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	100%	25.219	17.502	17.502	6.227	6.227
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	90%	19.501	12.700	11.430	7.700	6.930
Visio Gestora de Crédito Ltda.	90%	582	(385)	(385)	(221)	(221)
ABC M&A e ECM Ltda.	100%	8.781	7.611	7.611	1.498	1.498
ABC DCM Ltda. ⁽⁴⁾	100%	11.413	11.413	11.413	6.414	6.414
ABC Holding Financeira Ltda.	100%	17.740	17.739	17.739	6.234	6.234
			66.580	65.310	27.852	27.082

- (1) Em 24 de março de 2025, foi aprovado a distribuição desproporcional de dividendos, no montante de R\$ 27.800.
(2) Em 24 de março de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 28.032.
(3) Em 16 de janeiro de 2025, foi aprovado a distribuição desproporcional de dividendos, no montante de R\$ 11.641.
(4) Em 24 de março de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 23.799.

10. Imobilizado e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança, 10%. equipamentos de informática 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

11. Captações

a) As captações são classificadas ao Custo Amortizado em 31 de março de 2025 são assim demonstradas:

	Banco	Consolidado
Depósitos à vista	546.755	486.596
Depósitos interfinanceiros	187.318	187.318
Depósitos a prazo	9.770.788	8.867.456
Depósitos	10.504.861	9.541.370
Captação no mercado aberto	2.252.038	2.250.579
Letras de créditos imobiliários - LCI	1.562.990	1.562.990
Letras de créditos agronegócio - LCA	5.615.935	5.615.935
Letras financeiras - LF	16.442.884	16.442.884
Recurso de aceiteis e emissão de títulos	23.621.809	23.621.809
Dívidas subordinada	3.672.348	3.672.348
Obrigações por empréstimos no exterior	6.895.743	8.037.345
Obrigações por repasses no País	2.865.389	2.865.389
Obrigações por repasses no exterior (nota 11.b)	1.287.818	1.287.818
Obrigações por repasses	4.153.207	4.153.207
Total	51.100.006	51.276.658

b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 31 de março de 2025 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado 31/03/2025
Obrigações por repasses do exterior	
Objeto de "Hedge accounting" – Vencimento em novembro de 2028 (Nota 5.b)	
Valor do principal - US\$ 44,4 milhões em 31 de março de 2025	255.457
Juros provisionados	2.615
Subtotal	258.072
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 5. b	(7.373)
Total	250.699
Outras obrigações por repasses do exterior	1.037.119
Total	1.287.818

12. Outros Passivos Financeiros

As composições dos saldos dos outros passivos financeiros em 31 de março de 2025 são assim demonstradas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Recurso em trânsito de terceiros	139.461	139.461
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.527	2.527
Sociais e estatutárias	125.688	125.688
Negociação e intermediação de valores	52.270	160.905
Provisão para pagamentos a efetuar	66.455	744.852
Credores diversos - País	193.599	193.805
Total	580.000	1.367.238

13. Outros passivos

a) Passivos fiscais correntes:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	13.483
Impostos e contribuições a recolher	102.631	143.165
Total	102.631	156.648

b) Passivos fiscais diferidos:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro	765.238	870.126
Total	765.238	870.126

14. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Rendas de garantias financeiras prestadas	42.136	42.345
Rendas de cobranças	6.182	6.182
Rendas de tarifas bancárias	7.155	7.155
Rendas de comissões e colocação de títulos	1.505	35.326
Rendas de comissão de seguros	-	14.459
Rendas de outros serviços	3.610	1.363
Total	60.588	106.830

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

15. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Serviços de terceiros	5.288	4.968
Serviços do sistema financeiro	10.866	11.796
Aluguéis	7.457	7.983
Serviços técnicos especializados	8.903	9.893
Processamento de dados	23.729	24.398
Comunicações	1.130	1.171
Despesas de viagem	1.849	2.062
Depreciações e amortizações	15.305	15.305
Promoções e relações públicas	222	227
Publicações	179	179
Transportes	702	740
Manutenção e conservação de bens	759	797
Água, energia e gás	298	315
Materiais	61	64
Seguros	211	478
Propaganda e publicidade	4.759	4.781
Condomínio	1.083	1.083
Emolumentos legais e cartorários	48	75
Outras	6.129	6.473
Total	88.978	92.788

16. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Juros e atualização monetária de ativos	662	664
Recuperação de encargos e despesas	398	399
Reversão de outras provisões	6.300	6.300
Reversão de provisão para contingências	1.938	1.938
Outras receitas	87	667
Total	9.385	9.968

17. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Constituição de outras provisões	252	98
Comissões vinculadas a operações	111	11
Variação cambial (a)	408.570	408.570
Outras despesas	1.430	1.531
Total	410.363	410.210

(a) refere-se ao resultado de variação cambial das operações de crédito e operações de empréstimos, cessões e repasses

18. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2025 são demonstradas a seguir:

	Banco			
	01/01/25	Adições	Baixas	31/03/2025
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	521.197	-	(4.342)	516.855
Provisão para garantias financeiras prestadas	37.338	1.048	-	38.386
Provisão para ativos não financeiros mantidos para venda	33.598	-	(10.397)	23.201
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	1.249.562	308.470	(876.506)	681.526
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	109.348	6.123	(58.860)	56.611
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	197.247	668	(195.578)	2.337
Outros	241.454	14.846	(1.470)	254.830
Prejuízo fiscal – base negativa de CSLL	-	200.251	-	200.251
Total	2.389.744	531.406	(1.147.153)	1.773.997
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(1.140.371)	(216.329)	629.172	(727.528)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(44.737)	(11.208)	23.443	(32.502)
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	(1.115)	(4.606)	513	(5.208)
Total	(1.186.223)	(232.143)	653.128	(765.238)
Saldo líquido	1.203.521	299.263	(494.025)	1.008.759

	Consolidado			
	01/01/25	Adições	Baixas	31/03/2025
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	523.454	-	(4.662)	518.792
Provisão para garantias financeiras prestadas	37.338	1.048	-	38.386
Provisão para ativos não financeiros mantidos para venda	33.598	-	(10.396)	23.202
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	1.249.562	308.470	(876.506)	681.526
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	109.348	6.123	(58.860)	56.611
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	197.262	668	(195.594)	2.336
Outros	251.301	14.950	(11.044)	255.207
Prejuízo fiscal – base negativa de CSLL	26.083	200.251	(2.009)	224.325
Total	2.427.946	531.510	(1.159.071)	1.800.385
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(1.252.194)	(216.747)	636.527	(832.414)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(44.737)	(11.209)	23.443	(32.503)
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	(1.115)	(4.607)	513	(5.209)
Total	(1.298.046)	(232.563)	660.483	(870.126)
Saldo líquido	1.129.900	298.947	(498.588)	930.259

O efeito em 31 de março de 2025 na movimentação dos crédito tributários e obrigações fiscais diferidas, no resultado, foi de receita de R\$ 4.240 no Banco e de despesa R\$ 623 no Consolidado.

O efeito apurado no patrimônio líquido foi de receita de R\$ 199.003 no Banco e R\$ 199.020 no Consolidado.

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de março de 2025, considerando o histórico de rentabilidade, e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

Exercício	31/03/2025					
	Banco			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2025	1.130.578	(765.238)	365.340	1.130.958	(765.545)	365.413
2026	294.334	-	294.334	320.342	(104.581)	215.761
2027	79.575	-	79.575	79.575	-	79.575
2028	72.545	-	72.545	72.545	-	72.545
2029	63.307	-	63.307	63.307	-	63.307
Acima de 5 anos	133.658	-	133.658	133.658	-	133.658
Total	1.773.997	(765.238)	1.008.759	1.800.385	(870.126)	930.259
Valor presente - Selic	1.447.732	(692.930)	754.802	1.468.708	(776.168)	692.540

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social tem alíquota de 20% para as instituições financeiras e 15% para a distribuidora de valores mobiliários e 9% para as empresas não financeiras.

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para o período findo em 31 de março de 2025 são demonstradas a seguir:

	Banco	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	221.328	242.778
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	(99.597)	(82.894)
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	(4.240)	712
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	9.204	12.256
Resultados de participações societárias	18.215	-
Juros sobre o capital próprio	56.402	56.402
Outros valores	20.016	41
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	-	(13.483)
Impostos e contribuições diferidos	4.240	(623)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	4.240	(14.106)

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

19. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de março de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações / Partes relacionadas	Prazos	Remuneração	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
			31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades			4	-
Arab Banking Corporation - New York (3)	S/ Vencido.	N/A	4	-
Operações de crédito			3.410	188
Administradores	04/01/2027	CDI + 3,05 a.a	3.410	188
Valores a receber			3.478	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	322	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	1.894	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	S/ Vencido.	N/A	495	-
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	274	-
ABC DCM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	463	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	30	-
Títulos e valores mobiliários			285.619	8.838
Barauna FIM CP Investimento no Exterior	S/ Vencido.	(b)	2.049	76
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	10/07/2025	CDI	206.231	7.031
Fundo de investimento em direitos creditórios NP ABC I.	S/ Vencido.	(b)	77.339	1.731
Depósitos à vista			(60.303)	-
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	(2.380)	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	S/ Vencido.	N/A	(718)	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (3)	S/ Vencido.	N/A	(79)	-
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(52.474)	-
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(50)	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	(1.022)	-
ABC DCM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(3.122)	-
ABC Holding Financeira Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(238)	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(155)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios NP ABC I.	S/ Vencido.	N/A	(18)	-
Administradores	S/ Vencido.	N/A	(47)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos			(924.378)	(23.092)
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (3)	30/04/2025	4,10 % a.a	(60)	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	15/03/2027	CDI	(17.839)	(638)
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	15/03/2027	CDI	(853.140)	(19.532)
ABC DCM Ltda (2)	19/03/2027	CDI	(6.498)	(64)
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	19/03/2027	CDI	(17.784)	(1.093)
Administradores	(a)	(a)	(29.057)	(1.765)
Captações no mercado aberto			(1.460)	(448)
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	01/04/2025	CDI	(1.106)	(448)
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	01/04/2025	CDI	(354)	-
Instrumentos financeiros derivativos			(420)	(3.959)
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	30/04/2025	Variação Cambial	(420)	(3.959)
Comissão de prestação de serviços			-	2.049
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	30/04/2025	N/A	-	2.049
Outras Obrigações Comissão de Fiança			(5)	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	25/08/2025	N/A	(5)	-
Garantias financeiras prestadas			169	(5)
ABC M&A e ECM Ltda (2)	25/08/2025	3,0 % a.a	169	(5)
Arab Banking Corporation - New York (3)	15/11/2025	0,5 % a.a	68.621	-

(1) Acionista controlador direto, (2) Controlada, (3) Ligada.

(a) LCA / LCI / CDB - Taxa de 92,00 % até 106,00 % do CDI – Menor data inicial: 19/08/2022, Maior data de vencimento: 20/08/2029.
LCA / LCI / CDB - Taxa Prefixada 6,50% até 15,25% - Menor data inicial: 07/08/2020, Maior data de vencimento: 01/02/2029.
LCA / LCI / CDB - Taxa Prefixada de 5,10% até 7,63% + IPCA - Menor data inicial: 20/08/2021, Maior data de vencimento: 26/02/2029.

(b) Valorização da cota.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Em cumprimento a Resolução CMN nº 3.921/10 e Resolução nº 4.656/18, o Banco ABC Brasil implementou a Política de Remuneração de Administradores aplicável aos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e os Diretores sem designação específica (empregados).

Resumidamente, a política tem como objetivos principais: (i) atender aos regramentos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece regras especiais para as instituições financeiras, como é o Banco ABC; (ii) confirmar a remuneração de quem seja considerado como Administrador do Banco ABC para fins dos regramentos referidos no item (i) acima e, especialmente, de quem assume esse encargo nos termos de sua governança; (iii) alinhar as práticas de remuneração dos Administradores do Banco à sua política de gestão de riscos; (iv) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco; e (v) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC.

A remuneração definida na política leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo e os riscos assumidos.

A Remuneração Variável será calculada:

I - Para os Diretores sem designação específica:

a) até 50% do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, paga em espécie de forma imediata quando do pagamento do PLR.

b) no mínimo 50% do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados do Banco ABC, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, poderá ser pago em ações preferenciais do Banco ABC, instrumentos baseados em ações ou outros ativos. O pagamento ocorre de forma diferida proporcionalmente ao período de diferimento de três anos.

II - Aos membros do Comitê Executivo:

100% do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos. O pagamento ocorre de duas formas:

- (i) 60% da remuneração variável paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, será paga de forma diferida pelo prazo de seis meses, sendo quitada após o referido período; e
- (ii) 40% da remuneração variável paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, será paga de forma diferida, proporcionalmente ao período de diferimento de três anos.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

Conforme aprovação pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 21 de setembro de 2021 e 09 de fevereiro de 2022, o Banco implantou o Programa de Incentivo de Longo Prazo a Administradores. O ILP consiste em Programas direcionados aos membros do Comitê Executivo, Diretores e profissionais-chave da Companhia, e inclui uma estrutura de remuneração variável baseada na outorga baseada de ações preferenciais, atreladas à rentabilidade do ABC Brasil, períodos mínimos de permanência do colaborador com o ABC Brasil, prazos para efetiva atribuição das ações, bem como outras condições típicas de mercado para a elegibilidade e permanência neste tipo de programa. No caso dos membros do Comitê Executivo, o ILP conta, ainda, com a manutenção de um número mínimo de ações preferenciais detidas por cada um de seus membros. O objetivo do ILP é dar continuidade e reforçar as políticas de atração, motivação e retenção de talentos, alinhando os interesses de colaboradores do ABC Brasil com a geração de resultado e criação de valor sustentável no longo prazo. Adicionalmente, o ILP visa estimular a sucessão organizada em posições chave do ABC Brasil.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para o trimestre findo em 31 de março de 2025 estão assim compostas:

	31/03/2025
Remuneração fixa	4.034
Remuneração variável	1.749
Total de benefícios de curto prazo	5.783
Remuneração baseada em ações	11.155
Total de benefícios de longo prazo	11.155
Total	16.938

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a Resolução sobre remuneração, o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 19.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis, para liquidação no final do período de carência, conforme abaixo, demonstrado em quantidade de ações:

	31/03/2025
Quantidade no início do período	3.379.244
Ações outorgadas	1.099.164
Ações entregues	(1.284.020)
Quantidade no final do período	3.194.388

20. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de março de 2025 são demonstrados como seguem:

	31/03/2025
Ativos	
Disponibilidades	485.590
Aplicações interfinanceiras de liquidez	172.266
TVM e instrumentos financeiros derivativos	484.350
Operações de crédito - Líquido	4.132.394
Outros ativos	209.250
Total	5.483.850
Passivos	
Depósitos a prazo	1.276.140
Relações interdependências	1
Obrigações por empréstimos no exterior	4.923.904
Instrumentos financeiros derivativos	221.132
Outras obrigações	127.397
Total	6.548.574

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) iii.

Os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do exercício no montante de R\$ 233.411 positivo em 31 de março de 2025, conforme Resolução nº 4.524/16 do Conselho Monetário Nacional.

21. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

No trimestre findo 31 de março de 2025, o montante de participações nos lucros é de R\$ 53.799 no Banco e R\$ 61.793 no Consolidado.

22. Ativos e passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.IV.h explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais e previdenciárias

O Banco responde por ações e processos (potenciais passivos) cujas perdas estão sendo consideradas com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 737.796 em 31 de março de 2025 e não foram provisionados. Os detalhamentos das principais causas estão a seguir:

Encargos previdenciários ("INSS")

O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados nos exercícios de 2006 a 2014 e 2016 a 2019, no valor de R\$ 441.521 em 31 de março de 2025.

IRPJ/CSLL – Subcapitalização – Preenchimento da ECF

Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores relativos ao IRPJ, CSLL e multa dos exercícios de 2019 e 2020. A Receita Federal do Brasil não concordou com a forma como os valores de despesas referentes aos juros pagos para agência localizada no exterior foram declarados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF, pois entendeu que deveriam constar em campo/registo distinto da ECF. Por esta razão, o Fisco desconsiderou a dedução destas despesas da base de cálculo do imposto e da contribuição. Apresentamos defesa e aguardamos decisão. O valor da exigência monta a R\$ 166.562 em 31 de março de 2025.

IRPJ - Dedutibilidade PLR diretoria

Trata-se de cobrança de IRPJ decorrente da dedutibilidade de PLR paga a diretores nos exercícios de 2013, 2014, 2016, 2017 e 2019. O valor da exigência monta a R\$ 95.471 em 31 de março de 2025.

IPJU – Alienação fiduciária

O Município de São Paulo está cobrando IPTU (foram ajuizadas 4 execuções fiscais, sendo 3 relativas às operações realizadas em períodos em que o Banco atuou como credor fiduciário). O Banco apresentou defesas, após o que, foram proferidas decisões favoráveis para extinção de duas execuções fiscais. Quanto às demais, aguarda-se decisão. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 12.169.

IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. Aguarda-se julgamento de recurso. O valor da exigência monta a R\$ 7.153.

Compensação não homologada - CSLL

Compensação referente à saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2018. O despacho decisório reconheceu parte do crédito e exigiu parte dos débitos que se pretendia compensar acrescidos de multa e juros. Foi apresentada defesa na via administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 4.932 em 31 de março de 2025.

Exclusão do ISS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Ação judicial proposta para excluir o ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, bem como para restituir o montante indevidamente recolhido a esse título nos últimos 5 anos. O Banco obteve decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, razão pela qual, com base nestas decisões, o Banco vem excluindo o valor do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS. Apesar deste processo ser classificado como uma contingência ativa, caso a decisão que autoriza a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS seja revertida, haverá necessidade de recolhimento do valor excluído acrescido de juros. O valor estimado da contingência é de R\$ 4.359.

ITR – sobre valor declarado

Trata-se de cobrança de ITR sobre excesso de área de imóvel rural. A Receita Federal está questionando aspectos formais da Declaração de ITR, o banco apresentou a impugnação e aguarda-se julgamento. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 2.301.

IOF – IOF Crédito em operações de cessão de crédito

Trata-se de cobrança de IOF Crédito sobre operações de cessão de crédito com coobrigação realizadas em 2015, em razão da falta de recolhimento do IOF nessas operações as quais são caracterizadas pelas autoridades fiscais como "desconto de títulos" e sujeitas ao IOF/Crédito. Aguarda-se julgamento de recurso na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 1.453.

b) Contingências trabalhistas

Em 31 de março de 2025 as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 10.345 - Nota 22.d. As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R\$ 60.055 e não foram provisionadas.

c) Contingências cíveis

Em 31 de março de 2025, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 3.886 - Nota 22.d. As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R\$ 12.513 e não foram provisionadas.

d) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas (b)	Cíveis (a)	Total
No início do exercício	5.797	11.765	4.404	21.966
Constituição / (Reversão)	-	(1.420)	(518)	(1.938)
No final do exercício	5.797	10.345	3.886	20.028

(a) Vide nota 22.c

(b) Vide nota 22.b

23. Patrimônio líquidoa) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social é representado por 244.656.857 ações nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo 122.961.704 ações ordinárias e 121.695.153 ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante o período findo em 31 de março de 2025, foram pagos/provisionados a título de juros sobre capital próprio os valores demonstrados no quadro abaixo, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95.

	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
Período 2025		
31/03/2025	125.338	56.402
Total	125.338	56.402

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, respeitando os limites impostos pela Resolução CMN nº 4.885/20.

Em conformidade ao comunicado ao mercado, divulgado em 28 de março de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio passou a ser realizada semestralmente, mediante deliberações do Conselho de Administração nos meses de junho e dezembro. A política atual de distribuição de proventos, com volumes anuais baseados nos limites máximos de juros sobre capital próprio, de acordo com a legislação em vigor, e incluindo o dividendo mínimo para o ano calendário, permanece inalterada.

Em 20 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração do Banco ABC Brasil, aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 206.654, que representa um valor bruto de R\$ 0,8600 por ação ordinária e ação preferencial.

Em 24 de junho de 2024, o Conselho de Administração do Banco ABC Brasil, aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 188.475, que representa um valor bruto de R\$ 0,7850 por ação ordinária e ação preferencial.

c) Aumento de capital

Em 25 de março de 2024, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 146.472, representando 7.720.761 novas ações, sendo 3.951.194 ações ordinárias e 3.769.567 ações preferenciais. O aumento de capital foi homologado Banco Central do Brasil em 03 de maio de 2024.

Em 29 de julho de 2024, o Conselho de Administração deliberou a proposta para o aumento de capital mediante a capitalização parcial da conta reserva de lucros - equalização de dividendos no valor de R\$ 1.080.000. O aumento de capital foi homologado Banco Central do Brasil em 16 de outubro de 2024.

d) Destinação dos lucrosi) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

ii) Reserva de lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 950.000 ações preferenciais.

Em 31 de março de 2025 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$76.573 equivalente à 4.208.852 ações preferenciais. O custo médio por ação recomprada em tesouraria em 31 de março de 2025 é de R\$ 18,19 reais.

Movimentações das ações em tesouraria:

	31/03/2025
No início do exercício	4.360.960
Recompra	950.000
Ações entregues	(1.102.108)
No final do exercício	4.208.852

Em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

O prazo máximo para realização das operações autorizadas será de 18 meses a partir desta data, tendo como termo final o dia 26 de setembro de 2025, até o limite de 7.200.000 ações preferenciais.

f) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação, é calculado em conformidade com o CPC 41 – Resultado por ação, e é assim demonstrado:

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

i) Básico

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de março de 2025, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24 e).

	31/03/2025
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	225.568
Quantidade diária média ponderada de ações	<u>232.622.796</u>
Lucro básico por ação (em reais)	0,97

ii) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	31/03/2025
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	225.568
Quantidade diária média ponderada de ações em circulação	237.171.263
Lucro diluído por ação (em reais)	0,95

g) Ajustes decorrentes da implementação da Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23.

Os ajustes decorrentes da implementação das referidas regulamentações estão descritos de forma detalhada na nota 26.

24. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.955/21, instituiu a apuração do patrimônio de referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e, através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de janeiro de 2022. O índice da basileia para 31 de março de 2025 apurado com base no conglomerado prudencial é de 17,20%. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA).

	31/03/2025
Risco de crédito	3.611.547
Taxas de juros	138.855
Commodities	44.314
Ações	4
Risco operacional	272.226
Cambial	26.987
DRC - Risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação	41.882
CVA - Risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte	<u>84.765</u>
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	4.220.579
Patrimônio de Referência - PR	9.071.821
Excesso de patrimônio em relação ao limite	4.851.242
Conciliação Patrimônio Líquido	
Patrimônio Líquido	6.258.909
Resultado	228.671
Letras financeiras subordinadas - Nível II	1.294.187
Letras financeiras perpétuas - Nível I	1.623.417
Ativos intangíveis	(230.079)
Participação de não controladores	(15.312)
Objeto de financiamento de entidades do conglomerado	(3.425)
Ativo fiscal diferido	(224.325)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perda esperada	140.374
(-) Ajustes negativos ao valor de mercado de derivativos no passivo	(596)
Total Patrimônio de Referência	9.071.821

25. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O Banco mitigou o montante de R\$ 2.599.247 por acordo de compensação no período findo em 31 de março de 2025.

26. Implementação da Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional divulgou a Resolução nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, com o intuito de aproximar a contabilidade brasileira das normas internacionais (IFRS 9), proporcionando maior transparência e comparabilidade entre as demonstrações financeiras.

A adoção da Resolução 4.966 foi aplicada de forma prospectiva e eventuais ajustes de saldos contábeis de ativos e passivos financeiros foram reconhecidos, em 1 de janeiro de 2025, em contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica de "Lucros Acumulados / Reserva de Lucros" ou "Resultados Abrangentes", conforme o caso).

Em decorrência da adoção inicial da referida Resolução, o total do Patrimônio Líquido foi impactado negativamente em aproximadamente R\$ 9 milhões, montante este, líquido dos efeitos tributários. Apresentamos a seguir um resumo dos principais impactos provenientes da referida adoção:

a) Reclassificação de títulos e valores mobiliários da categoria "disponível para venda" para a categoria "custo amortizado": Foi registrado um incremento no valor dos ativos, em contrapartida do Patrimônio Líquido ("Resultados Abrangentes"), no montante de aproximadamente R\$ 180 milhões, líquido dos efeitos tributários, decorrente da reversão do saldo de marcação a mercado do referido portfólio.

b) Adoção dos critérios de perda esperada para cálculo de provisões associadas a risco de crédito: Foram registrados incrementos de provisões, em contrapartida de redução no Patrimônio Líquido ("Lucros Acumulados – Reserva de Lucros"), no montante de aproximadamente R\$ 188 milhões, líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, foram efetuadas reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros, de acordo com os Modelos de Negócios definidos pela Instituição. Referidas reclassificações geraram impactos somente entre linhas do Patrimônio Líquido (rubricas de "Lucros Acumulados - Reserva de Lucros" e "Resultados Abrangentes"), sem alterar o total do Patrimônio da instituição. Apresentamos a seguir um resumo dos principais impactos decorrentes das referidas reclassificações:

a) Reclassificação de títulos e valores mobiliários da categoria "disponível para venda" para "valor justo por meio do resultado": o saldo negativo de marcação a mercado, no montante de aproximadamente R\$ 60 milhões, líquido dos efeitos tributários, foi reclassificado de "Resultados Abrangentes" para "Lucros Acumulados – Reserva de Lucros".

27. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No período findos em 31 de março de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

A Diretoria

Comitê Executivo

Alexandre Yoshiaki Sinzato
Antonio José Nicolini
Antonio Sanchez Junior
Izabel Cristina Branco
João Marcos Pequeno De Biase
Leopoldo Martinez Cruz
Rodrigo Andreos Cordeiro
Sergio Lulia Jacob
Sergio Ricardo Borejo

Diretores

Adriana Fernandes Peres
Carlos Augusto Del Monaco De Paula Santos e Silva
Daniel Credidio Brandão Barbosa de Oliveira
Edgard de Souza Toledo Neto
Eduardo Pinus
Eduardo Sperl
Everthon Novaes Vieira
Felipe Sene Tamburus
Frederic Jun Hokumura Stols
Mauro Sanchez
Marcos Chadalakian
Rafael Ferreira Garrote Paiva
Ricardo Miguel de Moura
Rodrigo Montemor
Rodrigo Sotero Galvão